

FAUSTO SALVADORI FILHO

Editor de Reportagens

Fala-se muito de comunicação pública no Brasil. Mas encontrá-la por aí, batendo ponto no mundo real, não é fácil. Sob o nome de comunicação pública, escondem-se ações de marketing político, nas quais objetivos privados, ligados a projetos de poder pessoal ou partidário, sobrepõem-se ao interesse público.

Sempre que um comunicador social pago com dinheiro público dispõe-se a trabalhar para “melhorar a imagem” dos agentes políticos, está fazendo um trabalho que pode ser chamado de tudo, menos de comunicação pública, entendida como uma mídia “feita para o público, devendo, para isso, constituir uma independência, protegendo-se tanto das influências do mercado, quanto do controle do Estado”, segundo definição de sistema público não-estatal fornecida pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Assim, a Revista do Parlamento Paulistano nasce com a pretensão de ser uma exceção: uma ação real de comunicação pública, com autonomia editorial,

sem ingerências políticas, que procura levar para suas páginas as mais diferentes visões, dos mais diversos grupos sociais, sobre temas relevantes para os cidadãos.

Conseguimos? Por um lado, acredito que não podemos ser acusados de fazer marketing político. E temos certamente boas reportagens aqui, com abordagens que aspiram a ser plurais, como se exige do bom jornalismo.

Mas ainda falta o mais importante. Para dizer que estamos fazendo comunicação pública de fato, precisamos... do público. Esta é ainda uma revista feita nos moldes tradicionais, pensada e executada por uma dúzia de profissionais. Para os próximos números, pretendemos nos abrir para a participação mais ampla de outros setores da sociedade, tanto na elaboração das pautas como na avaliação dos nossos conteúdos. A definição dos caminhos da Revista do Parlamento Paulistano deve ser dada pelos nossos leitores/cidadãos. São vocês que pagaram por esta revista, e por isso são os seus legítimos proprietários.